

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CIÊNCIAS JURÍDICAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIAS JURÍDICAS

DISCIPLINA: CARACTERÍSTICAS DO DIREITO EMPRESARIAL
RESUMO
<p>Estudando Direito, todos temos acesso aos conceitos gerais, contudo, isso não é suficiente para compreender o Direito Empresarial e, principalmente, entender as razões de sua aplicação prática. Até porque, o Direito é muito mais do que a simples leitura e compreensão de conceitos; é fruto de um processo histórico e social, pois surgiu da sociedade e para a sociedade. Conseqüentemente, a cada evolução histórica e mudança de paradigma social, ele segue se adaptando e evoluindo. Dessa forma, para compreender o Direito Empresarial atual, é de suma importância entender todo o seu processo de origem e construção, para que seja possível compreender o raciocínio jurídico por traz das diversas aplicações práticas. Portanto, o objetivo desta aula é apresentar um panorama da origem do comércio e do Direito Comercial, para então adentrarmos a teoria da empresa e a construção das características atuais.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL SISTEMA FRANCÊS E SISTEMA ITALIANO DIREITO COMERCIAL NO BRASIL CARACTERÍSTICAS DO DIREITO EMPRESARIAL</p>
<p>AULA 2 ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EMPRESARIAIS FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE EMPRESARIAL APLICAÇÃO PRÁTICA</p>
<p>AULA 3 EMPRESA EMPRESÁRIO SOCIEDADE APLICAÇÃO PRÁTICA</p>
<p>AULA 4 EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL POR INCAPAZES IMPEDIDOS DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL POR ESTRANGEIROS APLICAÇÃO PRÁTICA</p>
<p>AULA 5 DIMENSÃO ECONÔMICA DIMENSÃO POLÍTICA DIMENSÃO SOCIAL DO MERCADO DIMENSÃO JURÍDICA</p>
<p>AULA 6 CRISE DA VISÃO TRADICIONAL DOS CONTRATOS FLEXIBILIZAÇÃO DA AUTONOMIA E DA LIBERDADE NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS APLICAÇÃO DA BOA-FÉ NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO APLICAÇÃO PRÁTICA</p>

BIBLIOGRAFIAS

- AZEVEDO, P. P. de. A lex mercatoria e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. Prima facie, ano 5, n. 9, jul./dez. 2006.
- BERTOLDI, M. M. Curso avançado de direito comercial. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- MAMEDE, G. Direito Empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial. v. 1.; 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA:
DIREITO CONSTITUCIONAL

RESUMO

O Estado é criado pela sociedade, para administrá-la e gerir seus interesses. Portanto, e no entendimento de Hack (2012, p. 20): O Estado é uma decorrência da sociedade, que o cria como um ente que tem a função de manter a ordem. Para cumprir com seus objetivos, o Estado recebe uma serie de prerrogativas, dentre as quais a mais importante é o monopólio da força. O Estado determina, pois, o Direito, iniciando pela elaboração de uma constituição, e em seguida pela definição de todo o ordenamento jurídico que a ela deverá obediência. Para que possa desempenhar seu poder, que é uno, o Estado o divide em três funções, que são a função executiva, a legislativa e a judiciária, funções estas também denominadas de poderes, assim afirmados em nossa Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988): “Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, aplicando ao mesmo tempo o princípio da separação dos poderes e o sistema de pesos e contrapesos checks and balances. Assim, por mais que cada poder seja independente, ele não é absoluto, pois os demais têm a prerrogativa de conter os abusos que eventualmente sejam cometidos pelo outro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O ESTADO

A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO CONSTITUCIONAL

CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

PODER CONSTITUINTE

AULA 2

HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRIMEIRAS CONSTITUIÇÕES

CONSTITUIÇÕES DE 1946, 1967 E 1969

AULA 3

PRINCÍPIOS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL E DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS

PRINCÍPIOS DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E DA NÃO INTERVENÇÃO

PRINCÍPIOS DA IGUALDADE ENTRE OS ESTADOS E DA DEFESA DA PAZ

PRINCÍPIOS DA SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS E DO REPÚDIO AO TERRORISMO E AO RACISMO

PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS PARA O PROGRESSO DA HUMANIDADE E DA CONCESSÃO DE ASILO POLÍTICO

AULA 4

INCISOS I, II E III

INCISOS VI, XIII E XVII
INCISOS XVIII, XX E XXIII
INCISOS XXIV, XXVI E XXIX
INCISOS XXX, XXXI E XXXIII

AULA 5

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA MORALIDADE
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DA EFICIÊNCIA

AULA 6

PRINCÍPIO DA ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA E DA VEDAÇÃO AO CONFISCO
PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA
PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL

BIBLIOGRAFIAS

- ALCANTARA, S. VENERAL, D. Direito aplicado. 4.ed. Curitiba: InterSaber, 2023.
- BARROSO, L. Curso de direito constitucional contemporâneo. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- DUTRA, L. Direito constitucional essencial. Rio de Janeiro: Método. 4.ed. 2018.

DISCIPLINA:

DIREITO DIGITAL APLICADO

RESUMO

O massivo uso da rede mundial de computadores, ou de serviços como uma rede social que inúmeros problemas de ordem jurídica podem ocorrer: desde o início, seja na hora de contratar (concordar com os famosos termos de uso e de serviço), passando por vazamento de dados, exposição da privacidade e intimidade, furto ou roubo de senhas, fotos, documentos, cyberbullying, fake news, trollagem, stalking, tudo são riscos aos quais o usuário está sujeito e que podem trazer consequências de ordem socioambiental que têm o potencial de prejudicar os direitos de, às vezes, milhares de pessoas ao mesmo tempo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MINERAÇÃO DE DADOS NO BIG DATA
MODELOS DE NEGÓCIOS NA INTERNET
O PAPEL DOS HUBS E LINKS NA INTERNET
UBERIZAÇÃO DA ECONOMIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRIVACIDADE E INTIMIDADE NA NUVEM
REDES SOCIAIS: O QUE SÃO?
PRINCIPAIS CLÁUSULAS DOS TERMOS DE USO E DE SERVIÇO EM REDES SOCIAIS
PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT

AULA 3

INTRODUÇÃO

A SOCIEDADE DE ALGORITMOS
VIESES DE ALGORITMOS
O "ROBÔ" COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA?
COMPLIANCE DE ALGORITMOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
AS FAKE NEWS E AS BOLHAS INFORMACIONAIS
PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DERIVADAS DO USO DA INTERNET
O DIREITO AO ESQUECIMENTO
NEUROMARKETING E VÍCIOS DE CONSENTIMENTO EM CONTRATOS ELETRÔNICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA TRANSFERÊNCIA
O PAPEL DO KNOW-HOW NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
O PAPEL DO INPI NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

AULA 6

INTRODUÇÃO
O CONSENTIMENTO NO NEGÓCIO JURÍDICO DIGITAL E SOB A ÉGIDE DA LGPD
DIREITO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE X DIREITO À LIVRE INICIATIVA
SANÇÕES DA LGPD: UM RISCO À ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MINERAÇÃO DE DADOS?
O ATUAL CENÁRIO DO MERCADO DE ADEQUAÇÃO DA LGPD

BIBLIOGRAFIAS

- ANDERSON, C. A Cauda Longa: Do Mercado de Massa para o Mercado de Nicho. Rio De Janeiro: Elsevier, 2006
- ANDERSON, C.. Free: Grátis: O Futuro Dos Preços. Rio De Janeiro: Elsevier, 2009.
- ALÉM dos Games! Fortnite Foi O Fenômeno Cultural de 2018. UOL, 7 jan. 2019.

DISCIPLINA:

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

Nesta disciplina, vamos investigar a interação entre os direitos sociais e as políticas públicas, relacionando como a constante evolução dos direitos sociais pautou a construção de políticas públicas. Como se sabe, os direitos sociais têm por objetivo e essência a tutela da igualdade e da liberdade, buscando garantir aos cidadãos condições dignas de vivência, disponibilizando materiais e meios para que se efetive a fruição plena das liberdades individuais. Como não poderia ser diferente, o principal desafio à realização dos direitos sociais é justamente a garantia de sua eficácia e efetividade, em especial no que concerne à implementação de seu principal meio de realização: as políticas públicas, responsáveis por fixar de maneira planejada as diretrizes e atitudes da ação do Poder Público perante nossa sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO MUNDO
HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO DIREITO INTERNACIONAL

DIREITOS SOCIAIS E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA
CONCEITUAÇÃO

AULA 2

PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM OS DIREITOS SOCIAIS
DIREITOS SOCIAIS E O MÍNIMO VITAL: NECESSÁRIO APROFUNDAMENTO
DIREITOS SOCIAIS E POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DESTINADOS À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

AULA 3

DIREITOS SOCIAIS: O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA E DE QUALIDADE
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À SAÚDE
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO TRABALHO
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

AULA 4

DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO LAZER
DIREITOS SOCIAIS: DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA
DIREITOS SOCIAIS – DIREITO À SEGURIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AULA 5

ESTRUTURAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS
O DIREITO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
OS DIREITOS SOCIAIS COMO MODERNAS FERRAMENTAS PARA REALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
A EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS – UM MODELO DE TRADE OFF?

AULA 6

POVO NEGRO E QUILOMBOLA
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.
- NUNES JÚNIOR, V. S. Direitos sociais. In: CAMPILONGO, C. F.; GONZAGA, A. A.; FREIRE, A. L. (coords.) Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/54/edicao-1/direitos-sociais>.
- TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

ESTADO MODERNO E CONTEMPORÂNEO

RESUMO

O objetivo desta disciplina é apresentar um amplo panorama do surgimento e da consolidação do Estado moderno. Para isso, parte-se de uma lógica interdisciplinar,

principalmente com abordagens de história, relações internacionais, sociologia e ciência política. Procura-se mesclar o desenvolvimento histórico do Estado moderno desde seus primórdios, com o Estado absolutista. Abordaremos, nesta disciplina, os seguintes temas: a crítica iluminista ao absolutismo e suas propostas de um Estado liberal; as primeiras experiências históricas na Inglaterra e nos EUA, no século XIX; a crítica marxista ao Estado moderno (capitalista) e a primeira experiência histórica de Estado comunista (o modelo soviético); o Estado social-democrata – o Welfare State, com seus diferentes modelos; a crítica neoliberal ao Estado comunista e ao social-democrata, assim como a proposta de Estado mínimo e, finalmente, as principais formas de Estados contemporâneos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DO ABSOLUTISMO AO ESTADO NACIONAL MODERNO
ESTADO BUROCRÁTICO E ESTADO NAÇÃO
O ESTADO ABSOLUTISTA E SUA IDEOLOGIA
MODELOS DE ESTADOS ABSOLUTISTAS
CRISE E DECADÊNCIA DO ESTADO ABSOLUTISTA

AULA 2

A CRÍTICA ILUMINISTA
INGLATERRA COMO POTÊNCIA
EUA E O ESTADO LIBERAL REPUBLICANO
O APORTE WEBERIANO
A CRISE DO ESTADO LIBERAL

AULA 3

O ESTADO COMO COMPONENTE DA LUTA DE CLASSES
ANÁLISE ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO ESTADO
MODELOS DE ESTADO COMUNISTA: URSS
MODELOS DE ESTADO COMUNISTA: CHINA E CUBA
CRISE DO ESTADO COMUNISTA

AULA 4

A QUESTÃO SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO
WELFARE STATE SOCIAL-DEMOCRATA
O WELFARE STATE CONSERVADOR
O WELFARE STATE LIBERAL
CRISE DO WELFARE STATE

AULA 5

ESTADO E NEOLIBERALISMO
MODELOS DE ESTADO NEOLIBERAIS: INGLATERRA
O MODELOS DE ESTADO NEOLIBERAIS: EUA
MODELOS DE ESTADO NEOLIBERAIS: CHILE
CRÍTICAS AO ESTADO NEOLIBERAL

AULA 6

O ESTADO NEOPOPULISTA
ESTADOS TEOCRÁTICOS
ESTADOS TOTALITÁRIOS E AUTORITÁRIOS
MICROESTADOS
ESTADOS EXÓTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- ANDERSON, P. Linhagens do estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- HOBBS, T. Leviatã. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores) MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- WEFFORT, F. Formação do pensamento político brasileiro. São Paulo: Ática, 2006.

DISCIPLINA: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
RESUMO
Esta disciplina aborda sobre as instituições de Direito Público e Privado estudando a Teoria Geral do Direito. Assim, vamos entender os conceitos básicos de Direito, iniciando pelo Direito Objetivo e Subjetivo, passando pelo Direito Público e Privado, e concluindo com o Direito Positivo e Natural. Veremos que embora o Direito, a Justiça e a Moral caminhem juntos, às vezes estes se distanciam bastante e chegam a provocar reações na sociedade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ORIGEM, FINALIDADE E CONCEITO DO DIREITO DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO – DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO DIREITO E MORAL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS FONTES DO DIREITO INTEGRAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS
AULA 2 DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS PROIBIÇÕES CONSTITUCIONAIS PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES
AULA 3 DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E PRINCÍPIOS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E ATO ADMINISTRATIVO LICITAÇÕES PÚBLICAS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 4 DIREITO CIVIL. DIVISÃO. DIREITO DAS PESSOAS DIREITO DAS COISAS DIREITO DE FAMÍLIA DIREITO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATOS EM GERAL
AULA 5 DIREITO DO TRABALHO: INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS TRABALHISTAS RELAÇÃO INDIVIDUAL DO TRABALHO RELAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SEGURIDADE SOCIAL
AULA 6 DIREITO DO CONSUMIDOR: INTRODUÇÃO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR

RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DE DANOS AO CONSUMIDOR
DIREITO EMPRESARIAL
CAPACIDADE CIVIL E EMPRESARIAL

BIBLIOGRAFIAS

- BARRETO, M. P.; GALDINO, V. S. Os princípios gerais de direito, os princípios de direito de família e os direitos da personalidade. Revista Jurídica Cesumar, Maringá, v. 7, n. 1, 2007. p. 277-308. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/527>.
- BEÇAK, R. A dimensão Ético-Moral e o Direito. Revista Brasileira de Direito Constitucional, São Paulo, n. 9, jan-jul 2007. Disponível em: http://www.escolasuperiordedireito.com.br/RBDC/RBDC-09/RBDC-09-307-Rubens_Becak.pdf.
- BRANCATO, R. T. Instituições de direito público e de direito privado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA:

TÓPICOS ESPECIAIS EM FILOSOFIA MODERNA

RESUMO

No decorrer das aulas desta disciplina veremos que o empirismo afirma a superioridade dos dados dos sentidos sobre o intelecto. Todas as ideias que temos na mente são oriundas da experiência sensível. O conceito de empirismo influenciou os mais variados campos da investigação teórica. A questão “de onde vêm as ideias que temos na mente?” colocou o empirismo na vanguarda da teoria do conhecimento na modernidade. O empirismo recolocou a questão sobre a origem das ideias e do próprio conhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A VIDA E A OBRA DE DAVID HUME
A TEORIA DO CONHECIMENTO SEGUNDO HUME
O EMPIRISMO HUMANO
A NOÇÃO DE CAUSALIDADE EM HUME
A CRÍTICA DE HUME À NOÇÃO DE HÁBITO DOS SENTIDOS

AULA 2

VIDA E OBRA DE DESCARTES
O RACIONALISMO CARTESIANO
O MÉTODO CARTESIANO
O COGITO CARTESIANO
A NOÇÃO DE DUALISMO EM DESCARTES

AULA 3

A CONCEPÇÃO ROUSSEAUNIANA DE ESTADO DE NATUREZA
A PROPRIEDADE E O CONTRATO SOCIAL PARA ROUSSEAU
A CONCEPÇÃO HOBBSIANA DE ESTADO DE NATUREZA
A PROPOSTA DA OBRA LEVIATÃ
O JUSNATURALISMO HOBBSIANO E A NOÇÃO DE PACTO SOCIAL

AULA 4

VIDA E OBRA DE JOHN LOCKE
LOCKE E A CONCEPÇÃO DE ESTADO DE NATUREZA
O GOVERNO CIVIL PROPOSTO POR LOCKE
V
O LIBERALISMO E O DIREITO DE POSSE

AULA 5

VIDA E OBRA DE IMMANUEL KANT
KANT E O USO DA RAZÃO
O CONCEITO DE ESCLARECIMENTO (AUFKLÄRUNG)
LIBERDADE E AUTONOMIA DE PENSAMENTO
O CRITICISMO KANTIANO

AULA 6

VIDA E OBRA DE HEGEL
A DIALÉTICA HEGELIANA
O CONCEITO HEGELIANO DE ESPÍRITO
AS IDEIAS POLÍTICAS DE HEGEL
A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRAGA, R. V. Filosofia. São José dos Campos: Poliedro, 2012.
- MONTEIRO, J. P. Hume e a epistemologia. São Paulo: Discurso Editorial, 2009.
- STANGUE, F. Tópicos de filosofia moderna. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE CIVIL - CIBERCRIMES

RESUMO

A responsabilidade civil está intimamente relacionada ao desenvolvimento da relação entre seres humanos. Isso porque a palavra responsabilidade carrega consigo uma ideia de reequilíbrio, a fim de se restituir ou ressarcir eventual prejuízo decorrente de um ato considerado como lesivo a outrem. Em outras palavras, quando um indivíduo vem a praticar uma ação ou omissão que cause danos a terceiros, ele deverá ser responsabilizado pelas consequências desse ato ou omissão, o que deverá fornecer novamente equilíbrio para a balança social. Sendo assim, responsabilidade é um fenômeno social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL PURA
EVOLUÇÃO HISTÓRICA
PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL
EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL (EM PARALELO COM O DIREITO PENAL)

AULA 2

QUANTIFICAÇÃO DO DANO
RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL
RELAÇÃO DA INTERNET E DA TECNOLOGIA COM O DIREITO
CRIMES INFORMÁTICOS NO MUNDO

AULA 3

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – ART. 2º
ANÁLISE DOS INCISOS DO ART. 2º
PRINCÍPIOS DO MARCO CIVIL DA INTERNET – ART. 3º
IMPORTÂNCIA DA INTERNET – ART. 6

AULA 4

DIREITOS DO USUÁRIO DE INTERNET [PARTE 2]
PRIVACIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO – ART. 8º

PROCESSO LEGISLATIVO EM CRIMES INFORMÁTICOS
PRINCIPAIS MÉTODOS INFORMÁTICOS QUE PODERÃO SER CONSIDERADOS
CRIMES

AULA 5

PRIMEIRAS REFORMAS
CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS
COMPETÊNCIA E LUGAR DO CRIME INFORMÁTICO
SURGIMENTO DA LEI N. 12.737 DE 2012 – LEI CAROLINA DIECKMANN

AULA 6

INVESTIGAÇÃO
INJÚRIA, CALÚNIA E DIFAMAÇÃO NA INTERNET
INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO
EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- JESUS, D. de. Manual de crimes informáticos. São Paulo: Saraiva, 2016.
- SILVA, A. R. I. da (Org.). Crimes cibernéticos: racismo, cyberbullying, deep web, pedofilia e pornografia infantojuvenil, infiltração de agentes por meio virtual, obtenção de provas digitais, nova Lei Antiterrorismo, outros temas. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

DISCIPLINA:

DIREITO E FAMÍLIA

RESUMO

Esta disciplina tem como objetivo trabalhar as relações de direito e família, um dos mais antigos institutos a receber proteção jurídica que está em constante mudança e, de tempos em tempos, é objeto de polêmicas sempre que ocorre o reconhecimento de diferentes aspectos de sua formação e organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O DIREITO DAS FAMÍLIAS
EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS
TIPOS DE FAMÍLIAS

AULA 2

ESPÉCIES DE CASAMENTO: HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO
CAPACIDADE E IMPEDIMENTOS
REGIME DE BENS
INVALIDADE E DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO

AULA 3

LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL
UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO
AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL
CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO

AULA 4

FILIAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS FILHOS
FILIAÇÃO BIOLÓGICA E REGISTRAL
POSSE DO ESTADO DE FILHO: SOCIOAFETIVA E HOMOPARENTAL
EFEITOS DO RECONHECIMENTO

AULA 5

CURATELA
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
GUARDA
ALIENAÇÃO PARENTAL

AULA 6

REQUISITOS DA ADOÇÃO
ALIMENTOS
OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DOS PAIS, AVÓS, PARENTES E PARENTES POR
AFINIDADE
COBRANÇA E PRESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS

BIBLIOGRAFIAS

- KUSANO, S. Da família anaparental: do reconhecimento como entidade familiar. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7559.
- TARTUCE, F. Direito civil: direito de família. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- RODRIGUES, P. M. A. A nova concepção de família no ordenamento jurídico. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6792.

DISCIPLINA:
LEGISLAÇÃO COMERCIAL

RESUMO

A disciplina de Legislação Comercial aborda temas atuais e importantes, dentre eles destacamos: Direitos fundamentais e direitos humanos – aspectos gerais; Direitos individuais e coletivos; Direitos sociais; Nacionalidade e direitos políticos e Tratados internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS
DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS
DIREITOS SOCIAIS
NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS
TRATADOS INTERNACIONAIS

AULA 2

EMPREGADO, EMPREGADOR E CONTRATO DE TRABALHO
SALÁRIO E REMUNERAÇÃO
ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
VENDEDOR E REPRESENTANTE COMERCIAL

AULA 3

FUNÇÃO, FORMAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS
EXTINÇÃO DOS CONTRATOS
CONTRATOS EM ESPÉCIE I

CONTRATOS EM ESPÉCIE II
CONTRATOS EM ESPÉCIE III

AULA 4

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS
PANORAMA GERAL DAS SOCIEDADES
AS SOCIEDADES LIMITADAS
AS SOCIEDADES ANÔNIMAS

AULA 5

RELAÇÃO DE CONSUMO: CONSUMIDOR, FORNECEDOR, PRODUTO OU SERVIÇO
DIREITOS BÁSICOS DOS CONSUMIDORES
RESPONSABILIDADE POR FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO
RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO
DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

AULA 6

DAS PRÁTICAS COMERCIAIS: OFERTA E PUBLICIDADE
DAS PRÁTICAS COMERCIAIS: POLÍTICAS ABUSIVAS E COBRANÇA DE DÍVIDAS
DA PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR
OS TÍTULOS DE CRÉDITO
DAS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- GOMES, E. B.; MONTENEGRO, J. F. Introdução aos estudos de direito internacional. Curitiba: InterSaber, 2016.
- HACK, E. Direito constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos. Curitiba: InterSaber, 2012.
- MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. Curso de direito constitucional. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DISCIPLINA:

CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

RESUMO

O nosso objetivo central aqui é o estudo dos meios alternativos de soluções de conflitos, consistentes no estudo da conciliação, mediação e arbitragem. Todavia, antes de adentrarmos em tais assuntos, faz-se necessário o estudo das políticas públicas que implantaram os meios alternativos de solução de litígios e que será o objeto desta aula. Além disso, faz-se necessária a análise do “conflito” e das formas alternativas de soluções de disputas previstas em nossa legislação, para que assim possamos entender os conceitos básicos e todas as teorias, que serão bases para o estudo dos institutos mencionados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

POLÍTICAS PÚBLICAS NA RESOLUÇÃO ADEQUADA DE DISPUTAS
MODELO PROCESSUAL INTRODUZIDO PELO CPC/2015
O JUDICIÁRIO E O SISTEMA MULTIPORTAS
MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTIONS (“ADRS”)

AULA 2

DIREITO AO MÉTODO ADEQUADO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
MEIOS DE COMPOSIÇÃO – AUTOTUTELA

MEIOS DE COMPOSIÇÃO – AUTOCOMPOSIÇÃO E CONCILIAÇÃO
NEGOCIAÇÃO

AULA 3

NATUREZA JURÍDICA E DIREITO MATERIAL APLICÁVEL
DOS LIMITES IMPOSTOS À SOLUÇÃO ARBITRAL
ESPÉCIES DE ARBITRAGEM
DAS POSSIBILIDADES DE SOLUÇÃO ARBITRAL

AULA 4

ÁRBITROS
PROCEDIMENTO ARBITRAL
ORGANIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL
TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E EVIDÊNCIA E DA SENTENÇA ARBITRAL

AULA 5

DOS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS NA MEDIAÇÃO
DOS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE ACORDO COM CPC
DOS MEDIADORES E CONCILIADORES
IMPEDIMENTOS, SUSPEIÇÃO, EXCLUSÃO E REMUNERAÇÃO DOS MEDIADORES E
CONCILIADORES E DA CONCILIAÇÃO JUDICIAL

AULA 6

TÉCNICAS DA MEDIAÇÃO
DAS ETAPAS DA MEDIAÇÃO
REGRAS GERAIS DO PROCEDIMENTO DA MEDIAÇÃO
MODALIDADES DE MEDIAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CAHALI, F. J. Curso de arbitragem: mediação: conciliação: tribunal multiportas. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais: Thomson Reuters, 2018.
- SALLES, C. A. de.; LORENCINI, M. A. G. L.; SILVA, P. E. A. da. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- TARTUCE, F. Mediação nos conflitos civis. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021.

DISCIPLINA:

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ÔNUS TRIBUTÁRIOS

RESUMO

É importante esclarecer a principal diferença entre saúde, assistência e previdência social, uma vez que a população em geral talvez não tenha conhecimento dos direitos em relação à seguridade social que devem ser fornecidos pelo Estado. O regime geral de previdência social é o regime de previdência da maioria dos brasileiros, já que o regime próprio de previdência compreende apenas os servidores públicos de cargo efetivo, enquanto a previdência complementar possui um caráter facultativo, logo, é um regime opcional aos cidadãos. Ademais, a grande maioria da população desconhece os direitos decorrentes da filiação e da inscrição ao regime geral de previdência social, especificamente no que diz respeito aos benefícios previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

AULA 2

SEGURADOS FACULTATIVOS E DEPENDENTES
SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS
MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO
PERÍODOS DE CARÊNCIA

AULA 3

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
APOSENTADORIA POR IDADE
APOSENTADORIA ESPECIAL
AUXÍLIO-DOENÇA

AULA 4

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL
PENSÃO POR MORTE
AUXÍLIO-RECLUSÃO
SALÁRIO MATERNIDADE

AULA 5

ACIDENTE DE TRABALHO
INDENIZAÇÕES
ACIDENTE DE TRABALHO EFEITOS NO CONTRATO DE TRABALHO
AÇÕES REGRESSIVAS

AULA 6

DOENÇAS OCUPACIONAIS
COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO
PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS
EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- GARCIA, G. F. B. Curso de direito da seguridade social. 3. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- MARTINEZ, W. N. M. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.